

A AUTORA

Olgamir Francisco de Carvalho é Pedagoga e Orientadora Educacional, licenciada pela Universidade de Brasília em 1976; realizou seu Mestrado em Filosofia da Educação na PUC-SP, em 1988, e é Doutoranda em Psicologia Educacional na UNICAMP.

Atua há muitos anos na educação como professora e orientadora educacional. Sua experiência no 1º e 2º graus realizou-se na Fundação Educacional do Distrito Federal (1974-1984) e iniciou a sua trajetória no ensino superior nas Faculdades Integradas da Católica de Brasília em 1983. Atualmente, ministra aulas no curso de Pedagogia e coordena a implantação da Pós-Graduação em Educação na Fundação Valeparai-bana de Ensino, em São José dos Campos - SP.

A OBRA

Neste livro a autora procura introduzir uma nova abordagem crítica sobre a Divisão do Trabalho na Escola. Por isso, busca situar as tendências que vem assumindo, no Brasil, os estudos críticos sobre o tema e, a partir dos seus avanços e limites, busca explicitar uma nova referência de análise do problema.

Para tanto, coloca a tese da **Escola como Mercado de Trabalho**, demonstrando que, no âmbito do capitalismo, as mudanças técnicas são determinadas menos por exigências técnicas propriamente ditas e mais por questões de hegemonia e de mercado.

Desse modo, este estudo entende que o fundamental é discutir a divisão social do trabalho, identificando como ela sustenta o capital e as relações de poder nele contidas.

Considerando que a educação não tem um fim em si e, portanto, tem que estar referida às relações econômicas, políticas e sociais de um dado contexto histórico, este trabalho procura situar o papel social da escola no processo de reprodução das relações sociais, enfatizando aquele que ela assume na etapa monopolista do capital.

Sendo assim, este livro pretende ser uma contribuição ao debate que se trava no país sobre a divisão do trabalho escolar e que tem sido comumente "reduzida" à questão dos especialistas de educação. Por isso ele se dirige a todos aqueles que efetivamente compõem a divisão do trabalho escolar, sejam eles professores, orientadores educacionais, supervisores, diretores, médicos, psicólogos, assistentes sociais, dentistas e outros.

OLGAMIR FRANCISCO DE CARVALHO

A ESCOLA COMO MERCADO DE TRABALHO

Os Bastidores da
Divisão do Trabalho
no Âmbito Escolar

Olgamir F. Carvalho

**A ESCOLA COMO
MERCADO
DE TRABALHO**

É com satisfação que publicamos esta obra de Olgamir Francisco de Carvalho, pois, entre todas as qualidades que possui, uma nos é particularmente grata: define nosso caminho, como editores, na área da Educação.

OS EDITORES

OLGAMIR FRANCISCO DE CARVALHO

A ESCOLA COMO MERCADO DE TRABALHO

Os Bastidores da
Divisão do Trabalho
no Âmbito Escolar

Revisão:

Ana Maria Lebeis
Farenkopf e
Iraci Miwuke Kishi

Composição:

J. C. Vidal

Capa:

Lirio Fissao

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Prof^a Mirian Jorge Warde que, além de orientadora, foi a professora-amiga de tantos cursos e cuja influência e contribuição nesta fase importante de minha formação profissional foram inestimáveis e a marcou, irreversivelmente.

Agradeço, também, aos professores participantes da banca examinadora, Prof. Paulo Nosella e Prof^a Ana Maria Saul, pelas questões e críticas formuladas e pelo incentivo na publicação deste livro.

Agradeço, ainda, aos amigos, cuja troca afetiva e intelectual tem muito a ver com os resultados desse trabalho. Dentre tantos e na impossibilidade de citar a todos, Paolo, Beatriz, Rosália, Sirlei, Alcione, Ely, Eneida, Renata, Elenise, Bonfim, Carlos...

Finalmente, e de forma especial, quero agradecer à minha família, pela torcida e pelo apoio constantes, especialmente à minha mãe, à Mãe Loura e à minha irmã Oterlina, a quem dedico, com carinho, este livro.

© Copyright by Olgamir Francisco de Carvalho.

© Copyright 1989 by Iglu Editora Ltda.

Mediante contrato firmado com a autora.



IGLU EDITORA LTDA.
RUA PEDRO ORTIS, 40
CEP 05440 - SÃO PAULO - SP
TEL.: (011)813-4307

“(…) Quanto a pedir esmolas, é mais seguro pedir do que tomar, mas é bem mais digno tomar do que pedir. Não: um homem pobre que seja ingrato, perdulário, insatisfeito e rebelde possui decerto uma personalidade plena e verdadeira. Constitui, de qualquer forma, um protesto sadio. Quanto aos pobres virtuosos, é natural que deles se tenha piedade, mas não admiração. Fizeram um acordo secreto com o inimigo e venderam seus direitos inatos em troca de um péssimo prato de comida. Devem também ser muito tolos. Posso compreender que um homem aceite as leis que protegem a propriedade privada e admita sua acumulação, desde que nessas circunstâncias ele próprio seja capaz de atingir alguma forma de existência harmoniosa e intelectual. Parece-me, porém, quã se inacreditável que um homem cuja existência se perdeu e abrutalhou por força dessas mesmas leis, possa vir a concordar com sua vigência.”

(OSCAR WILDE. A alma do homem sob o socialismo.)

ÍNDICE

Prefácio	11
Introdução	13

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO

IPARTE

Capítulo I

Produção e reprodução do capital: duas dimensões de uma mesma totalidade	21
1.1. A transformação do processo de trabalho em processo de produzir mais-valia	22
1.2. A conversão do dinheiro em capital	27
1.3. As relações sociais e o processo de reprodução do capital	31

Capítulo II

Divisão do trabalho: pilar da manutenção da ordem burguesa	35
2.1. A cooperação simples e a divisão do trabalho	38
2.2. A divisão manufatureira do trabalho	39
2.3. A divisão do trabalho na grande indústria	41

Capítulo III

Capital monopolista: novas estratégias de manutenção da ordem burguesa	47
3.1. O capital monopolista e a realização do valor	51
3.2. O papel do Estado	58
3.3. Imperialismo e reprodução das relações sociais capitalistas	61

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO SOCIAL

Capítulo IV

Os trabalhadores do ensino na perspectiva do trabalhador social no século XX	69
4.1. O trabalhador social e a reprodução da hegemonia burguesa	69
4.2. Trabalhador social: um assalariado	76
4.3. Trabalhador social: um intelectual	80
4.3.1. Os intelectuais e a construção de uma nova hegemonia	81
4.3.2. A totalidade social em Gramsci	82
4.3.3. A ideologia e a hegemonia no processo de transformação social	85
4.3.4. O papel dos intelectuais no processo de transformação social	88

Capítulo V

Divisão do trabalho na escola: perspectivas de superação	97
5.1. Os debates e os estudos críticos sobre a divisão do trabalho na escola	97
5.2. A educação no capitalismo monopolista	112
5.3. A tecnoburocratização como expressão da divisão do trabalho na escola	119
5.4. O intelectual brasileiro e a sua relação com o Estado	123
5.5. Conclusão	133
Bibliografia	139
Documentos	143

PREFÁCIO

O tema da divisão do trabalho escolar já foi objeto de especial atenção dos “educadores”, em um período que vai, aproximadamente, de meados da década de 70 a início desta. Suponho que o avanço das perspectivas críticas nos meios educacionais tenha suscitado, em muitos, a preocupação com os cursos de formação de quadros para os primeiros graus de ensino, particularmente porque a polaridade professores x especialistas se apresentava como uma das mais nítidas expressões do tecnicismo a ser criticamente combatido.

Os debates da época foram interessantes. Entretanto, dissolveram-se sem dar conta de um nível mais profundo e mais complexo do tema em questão e que, se efetivamente atacado, acaba por evidenciar o caráter aparente da unidade dos “discursos críticos” bem como a aparente unidade de propósitos.

A publicação do trabalho de mestrado da Olgamir é de extrema valia, porque nos obriga retornar ao tema, mas de um modo mais radical. Em primeiro lugar, ela faz um excelente enquadramento das “abordagens críticas”, destacando aquelas que são as expressões tendenciais mais significativas; em segundo lugar, apreende a escola de um ângulo nada idílico a partir do qual ela se revela um lugar de disputa hegemônica e de controle de mercado.

Esse ângulo e o modo radical de análise fazem do estudo da Olgamir uma base indispensável para o rompimento com as interpretações que insistem em privilegiar o caráter técnico da divisão do trabalho escolar. Mas, nem considero esse o aspecto mais funda-

mental do estudo. O que ele nos apresenta é um cuidadoso exame das transformações ocorridas na divisão do trabalho escolar por decorrência da monopolização do mercado (vale frisar, através da hegemonização do capital financeiro), o que afeta a escola de forma a convertê-la em um serviço no qual interesses corporativos disputam o controle e a direção.

Por isso mesmo, penso que voltar ao tema da divisão do trabalho escolar do modo como Olgamir nos incita a fazê-lo é de extrema oportunidade, no momento em que as novas leis de ensino estão sendo elaboradas sob o fogo cruzado de interesses corporativos bem instalados nos organismos de Estado.

Mirian Jorge Warde

INTRODUÇÃO

Este livro é fruto da Dissertação de Mestrado que apresentei e defendi no Programa de Educação da PUC-SP em 1988, sob a orientação da Prof^a Mirian J. Warde, e procura introduzir uma nova abordagem crítica sobre a Divisão do Trabalho na Escola.

Ele privilegia uma análise histórica desta divisão e entende que o fundamental é discutir de que maneira a divisão social do trabalho expressa a sustentação do capital, do ponto de vista das relações de poder nele contidas. Procura-se demonstrar que as expressões técnicas, no âmbito do capitalismo, são menos determinadas por exigências técnicas propriamente ditas, e mais por questões de hegemonia e de mercado.

No Brasil, os estudos e debates existentes sobre o tema têm assumido duas tendências básicas, de orientação crítica.

A primeira tem como ponto de partida o papel ideológico que os especialistas de educação (orientador educacional, administrador e supervisor, fundamentalmente) têm cumprido até agora, reproduzindo no âmbito escolar a divisão social do trabalho, e propõe a extinção dos referidos especialistas da escola como forma de superar a divisão entre os que pensam (especialistas) e os que executam a educação (professores) e, conseqüentemente, de democratizar o processo de trabalho.¹

1. Para uma análise dessa proposta, recomendo a análise da experiência que vem sendo realizada pela Universidade Federal de Goiás (UFG) a partir do 1º semestre de 1984 e que, sem dúvida, traz significativos dados para aqueles que estão empenhados na discussão dessa problemática e na busca de respostas a ela.

Um dos aspectos interessantes da experiência está na dimensão que assumiram as discussões, abrangendo não apenas professores e alunos da universidade como também entidades representativas da categoria dos especialistas de educação e dos professores do Estado de Goiás, o próprio aparelho de Estado (Secretaria de Educação) e outras universidades do Estado de Goiás.

A segunda perspectiva apresenta o mesmo ponto de partida e de chegada, mas difere quanto à forma de resolução do problema, propondo resgatar a função progressista que essas mesmas especializações portam, e colocá-las, assim, a serviço da transformação social.²

Apesar de reduzido, o esboço das perspectivas que têm assumido os estudos e debates sobre o tema já nos permite vislumbrar que eles partem de uma mesma concepção teórico-metodológica, contendo variações sobretudo no âmbito das táticas. Tratá-las separadamente, portanto, requer cuidados, para que a aparente diferença entre elas não oculte as suas semelhanças. Por outro lado, tratá-las conjuntamente deve nos alertar no sentido de não fazer converter suas semelhanças em homogeneidade.

A contribuição que esses estudos e os debates realizados sobre o tema deram, e estão dando, no sentido de colocar a escola e a divisão do trabalho escolar em discussão, são inegáveis. No entanto, eles apresentam, a meu ver, alguns limites de interpretação que acabam por referendar aquilo que combatem. Explicitar tais limites pretende ser uma contribuição deste trabalho, no sentido de fazer avançar a discussão sobre o tema.

Do meu ponto de vista, estes limites se apresentam, sobretudo, por não se considerar devidamente o movimento histórico do capital em sua fase monopolista, o que faz com que os críticos da divisão do trabalho na escola façam uma abordagem da questão, não tomando em seu devido termo o primado da totalidade social, assim como se configura neste final do século XX. Todavia, isto não significa que tais estudos não consideram as relações entre a educação e a totalidade social, mas, sim, que a forma como compreendem estas relações terminam por tratar a educação em si, negando, consequentemente, a sua historicidade.

Ambas as perspectivas discutem a divisão do trabalho escolar no âmbito específico das chamadas especializações da educação, desconsiderando a existência de uma divisão do trabalho muito mais

2. Para a análise dessa perspectiva, sugiro os estudos de Vitor Henrique Paro sobre administração escolar; Celestino Alves da Silva Júnior, sobre supervisão e de Selma Garrido Pimenta, sobre orientação educacional. Considero tais estudos significativos do ponto de vista qualitativo, no que tange à análise dessa perspectiva. Embora agrupados numa mesma perspectiva, há que se atentar para as suas diferenças.

complexa e sofisticada e que extrapola, de muito, o âmbito no qual a questão está sendo discutida. Como num passe de mágica, acabou-se com a luta intestina que diversas categorias profissionais vêm travando, historicamente, para que a escola seja o seu mercado de trabalho.

A divisão do trabalho escolar que está sendo discutida hoje representa uma fase, já antiquada, dessa divisão. Há uma segunda fase, que é a discussão mais atual, e que não pode ser ignorada em tais estudos, que ensejam uma análise de totalidade. Trata-se da divisão do trabalho que rompe com a categoria de especialistas de educação, onde psicólogos, médicos, assistentes sociais, dentistas, fonoaudiólogos, nutricionistas e outros lutam por uma fatia do mercado escolar. Tem-se nesta fase, em especial na década de 70, a abertura da escola para especialistas outros, que não os da educação. A educação passa a ser um tema social, e a literatura da época acena para uma nova perspectiva, qual seja, a de que a escola não se explica por ela mesma e que, portanto, suas mazelas não são apenas escolares, mas econômicas, políticas, sociais, o que atesta a necessidade desses e de outros profissionais no seu interior.

Ignorar essa discussão é camuflar uma questão fundamental, que é a da luta virulenta, às vezes ruidosa, dos movimentos corporativistas, pela disputa da escola como mercado de trabalho.

O que a suposta necessidade pedagógica desses profissionais esconde é que as exigências de "habilitação", em geral, são feitas por reserva de mercado, o que evidencia, por exemplo, o comportamento dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação, cujo colorido pedagógico dos seus pareceres não passa de um verniz justificador da reserva de mercado.

Os estudos críticos em discussão, embora acenem para a necessária vinculação entre a educação e a totalidade social, acabam, a meu ver, por tomar a educação isoladamente. Isto se verifica, fundamentalmente, quando tais estudos não tomam em sua devida conta as dificuldades que o capitalismo encontra, na sua fase monopolista, para realizar o valor.

É esta discussão que coloca em evidência a questão do mercado e do controle social, elementos essenciais à manutenção do capitalismo, bem como o papel do Estado, que assume o primeiro plano na resolução das crises que esta situação acarreta.

Braverman, em *Trabalho e capital monopolista*, elucida bem este estado caótico que assume o capitalismo em sua fase monopolista e a importância do Estado para contornar estas crises:

“Tendo o Estado o poder de decretar impostos, regular o comércio internacional, as terras públicas, o comércio e o transporte, a manutenção das forças armadas e o encargo da administração pública, tem servido como um aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais”.³

Dentre as razões para a expansão das atividades estatais na economia, Braverman aponta:

“Com a rápida urbanização da sociedade e o aceleramento do ritmo de vida econômica e social, a necessidade de outros serviços governamentais aumentou, e o número e variedade desses, por isso mesmo, multiplicou-se. Dos mais importantes entre esses serviços é o da educação, que assumiu um papel ampliado na era do capitalismo monopolista. O lugar dos serviços educacionais ao prover necessidades ocupacionais da sociedade capitalista”.⁴

Um outro aspecto que, embora ligado à questão anterior, merece destaque é a relação entre a divisão do trabalho na sociedade capitalista em geral e a forma como esta se expressa na escola. A análise mecânica feita por alguns desses estudos tem levado à crença, eu diria ingênua, de que há uma divisão do trabalho intelectual e manual da escola, que se expressa na existência dos especialistas, enquanto aqueles que concebem, e dos professores, enquanto aqueles que executam a educação, e que, portanto, tal divisão será superada pela extinção dos especialistas de educação da escola.

Esse tipo de interpretação é, sem dúvida, fruto de um tipo de “pedagogismo” que grassa, inclusive, entre aqueles que pretendem uma análise dialética da educação. Estamos diante de teorias educacionais que, ao explicarem a crise da educação, acenam para soluções imediatistas a problemas, sem dúvida, muito complexos.

3. BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*, p. 242.

4. *Idem*, *ibidem*, p. 244.

É indiscutível que a escola apresenta em seu âmbito questões a serem explicadas e resolvidas, mas tais questões não podem ser explicadas e muito menos resolvidas, se se toma a escola como um lugar que transcende as relações alienadas de produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Por fim, gostaria ainda de assinalar um limite essencial. O referencial teórico utilizado para se discutir a educação numa perspectiva de transformação social, notadamente Gramsci, tem sido, a meu ver, insuficientemente trabalhado em relação à realidade brasileira, o que tem resultado em propostas de caráter abstrato, uma vez que não estão sendo devidamente consideradas as condições concretas da nossa formação social.

O “fio teórico” que conduzirá à análise dessas e de outras questões levantadas no interior deste trabalho tem como pressuposto básico a relação entre a educação e a totalidade social, entendida esta na configuração que ela assume na etapa monopolista do capital.

Sendo assim, a Primeira Parte deste livro tem, como objeto, a Organização do Trabalho no Capitalismo.

O Capítulo I traz os fundamentos que elucidam o processo de produção e reprodução do capital, mostrando tratar-se de duas dimensões de uma mesma totalidade.

O Capítulo II, por sua vez, se detém na análise do papel que a divisão do trabalho assume nesse processo, criando, com isso, as condições para a compreensão das peculiaridades que esse processo adquire na etapa monopolista do capital.

As análises do Capítulo III, por seu turno, revelam que a educação, nesta etapa do capital, converteu-se em apenas um dos serviços destinados a satisfazer necessidades educacionais e ocupacionais, geradas no desenvolvimento contraditório do capital. Nesta perspectiva, a escola assume, cada vez mais, o caráter de assistência/controla⁵, inserindo-se assim no processo de reprodução das relações sociais.

5. No âmbito deste trabalho, tentamos demonstrar que a assistência e controle não se dissociam, sendo, ao contrário, aspectos de uma mesma relação. Tentamos explicar que a assistência na etapa monopolista do capital é uma forma de controle das contradições que emergem no seu desenvolvimento contraditório.

A Segunda Parte do trabalho pretende caracterizar a Organização do Trabalho no Campo Social. Por isso, o Capítulo IV trata de resgatar o trabalhador social no século XX, tentando identificar o trabalhador do ensino como um trabalhador social. Esta análise evidencia a condição de assalariado e de intelectual desse trabalhador, revelando as lutas corporativas que se travam na estruturação desse mercado de trabalho, e de como essa dinâmica se realiza, tendo em vista o projeto de hegemonia burguesa.

Finalmente, o Capítulo V traz alguns elementos para se pensar formas de superação da divisão do trabalho existente. Retoma a interlocução com alguns estudos selecionados e tenta refletir acerca de limites nestas interpretações, e de como superá-los, tendo em vista o referencial teórico utilizado.

PARTE I

A organização do trabalho no capitalismo

Capítulo I

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL: duas dimensões de uma mesma totalidade¹

Para apreendemos o significado social da escola hoje e como a divisão do trabalho aí se expressa, faz-se necessário situá-la no processo de reprodução das relações sociais, em especial na forma que este assume no capitalismo monopolista. Impõe-se preliminarmente captar o movimento no qual e através do qual se engendram e se renovam as relações que peculiarizam a formação social capitalista, partindo assim de um primeiro nível de reflexão, de maior abrangência e abstração, para em seguida fixar a atenção na escola, apreendendo-a na sua significação histórica.

Buscar-se-á, pois, captar a vida em sociedade dentro de uma perspectiva de totalidade, ou seja, como produção e reprodução de relações sociais historicamente determinadas e das contradições que as permeiam, evidenciando as expressões simultaneamente econômico-políticas e ideológicas dos fenômenos sociais.

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels nos mostram por que deve ser esse o verdadeiro ponto de partida.

“Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, ima-

1. As análises deste capítulo encontram suporte no conjunto das obras de Marx, em especial, *O capital: crítica da economia política*, livro primeiro, vols. I e II; Capítulo VI Inédito de *O Capital*; *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* e *Ideologia Alemã*. Para o fim desta dissertação, importa traçar, em grandes linhas, o processo de produção e reprodução das relações sociais como um patamar mínimo mas básico, para situar a função social da escola. Para uma análise mais aprofundada da questão, recomendo a bibliografia mencionada.

ginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens reais, ativos e, com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos deste processo de vida. Também as fantasmas no cérebro dos homens são sublimados necessários da vida material, empiricamente constatável e ligado a premissas materiais.”²

Por isso, há que se compreender o significado histórico da mercadoria, pois ela nos explicita a relação social de luta entre as duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado, permitindo-nos desvelar os fetiches, que fazem dessa sociedade uma sociedade “assombrada”. Nela, as relações sociais originadas no processo de produção se convertem em relações entre coisas, e, com isto, o que são na realidade, relações de produtos, aparece como essência natural das mercadorias.

O fio condutor desta análise, portanto, é a mercadoria, partindo-se da sua forma simples e de seu fetiche, como forma social básica e pressuposto da sociedade capitalista, para em seguida enfatizar o seu processo de transformação em capital, explicitando as novas determinações do processo de trabalho enquanto processo de valorização do capital, ou seja, de produção de mais-valia.

1.1 A transformação do processo de trabalho em processo de produzir mais-valia

A compreensão desta metamorfose supõe, inicialmente, o entendimento do processo de trabalho enquanto processo de produzir valores de uso. Esta compreensão nos obriga a resgatar a mercadoria, em sua primeira acepção, que é a de satisfazer necessidades humanas de qualquer natureza.

Marx chama a atenção para o fato de que o processo de trabalho tem que ser considerado, inicialmente, à parte de qualquer estrutura social determinada, pois a produção de valores de uso não altera sua

natureza geral pelo fato de ser utilizada em benefício do capitalista, ou estar sendo por ele controlada.

Ele assim se expressa:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”.³

Isto vem colocar em evidência o papel fundamental que assume a consciência no processo de trabalho, ou seja, a concepção *a priori* daquilo que se pretende transformar e criar.

Para Marx, é esta capacidade de se conceber idealmente um resultado, que configura a forma exclusivamente humana de trabalho, e suas palavras não deixam dúvidas quanto a isso.

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera, ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.”⁴

Do ponto de vista do processo de trabalho, no entanto, há que se considerar outros elementos além do próprio trabalho ou atividade adequada a um fim. Há que se considerar, também, os objetos de trabalho. De um lado, aqueles que existem independentemente da ação do homem, tal como a terra, que se apresenta como “o objeto universal do trabalho humano”, ou ainda aquilo que supõe o trabalho apenas a sua separação com o meio natural. Do outro lado, há aqueles objetos de trabalho que supõem também uma modificação ou um trabalho anterior, o que os converte em matéria-prima.

3. MARX, Karl. *O capital*. 9ª ed., São Paulo, Difel, 1984, vol. I, p. 202.

4. *Idem*, *ibidem*.

Processo de trabalho em geral e processo de produzir mais-valia. 23
de produtos do processo de trabalho - mercadoria como valor de uso.

2. MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Lisboa, Avante, S.A.R.L., 1981, Capítulo I, p. 29.

Contudo, para se completar o processo de trabalho, deve-se considerar ainda os meios dos quais o trabalhador se utiliza para dirigir sua atividade sobre o objeto, e que, em última instância, implica condições materiais necessárias à realização do processo de trabalho.

Os meios de trabalho se desenvolvem e se tornam cada vez mais elaborados na medida do desenvolvimento do próprio processo de trabalho, e são eles que permitem, em diferentes épocas econômicas, avaliar o desenvolvimento da força de trabalho, bem como as condições sociais em que este se efetiva.

Esses elementos enfocados – o trabalho, o objeto sobre o qual se atua, e os meios através dos quais se opera a transformação do objeto – só ganham significado na medida em que se encontram indissoluvelmente relacionados no processo de trabalho, que só se encerra com a realização do produto.

Este processo de trabalho, comum a qualquer formação social, ou seja, o intercâmbio do homem com a natureza, com o fim de produzir valores de uso para satisfazer necessidades humanas, é uma condição indispensável à própria existência do homem. No entanto, na produção e reprodução dos meios de vida e de produção, os homens estabelecem entre si determinados vínculos e relações através dos quais exercem uma ação transformadora da natureza. Tais relações se estabelecem em condições históricas determinadas, nas quais os elementos de produção articulam-se de forma específica. Em outras palavras, a produção social é, essencialmente, histórica.

Nesse sentido, o processo capitalista de produção, que é o que nos interessa analisar aqui, expressa uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência, bem como as relações sociais através das quais levam a cabo a produção. Neste processo reproduzem-se, ao mesmo tempo, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, dissimulando o antagonismo que as atravessa. Desse modo, a produção social não trata apenas de produção de objetos materiais, mas essencialmente de relação social entre pessoas, entre classes sociais, que personificam determinadas categorias econômicas.

A relação capital e trabalho

Na sociedade capitalista, o capital é a relação determinante. É ele que, por conseguinte, estabelece a dinâmica de todo o processo social e o torna inteligível. No entanto, por ser uma relação social, o capital supõe o outro pólo da relação, qual seja, o trabalho assalariado, assim como este supõe o capital. São, pois, dois termos de uma mesma relação, que guardam entre si a unidade e a diversidade, incorporando e negando o outro.

Sendo assim, identificar o capital apenas com coisas materiais significa reificá-lo, isto é, mistificar as relações sociais que se estabelecem na produção de objetos materiais, apresentando-as somente como relações entre coisas, destituídas de sua historicidade.

Em tal raciocínio, identificam-se as formas em que as relações se expressam com estas mesmas relações, confirmando assim a visão dominante.

Ora, o capital se expressa através de mercadorias e do dinheiro. Porém, tais formas, criadas e recriadas no movimento mesmo da produção, são aparências necessárias e constitutivas dos próprios fenômenos, através dos quais se evidencia também a sua substância real – meios de produção da vida humana e as relações sociais necessárias para tal. Todavia, ao mesmo tempo que esses fenômenos expressam tais relações, encobrem-nas, aparecendo então como relações entre mercadorias, quando em verdade são expressões de relações entre classes sociais antagonicas.

Vimos anteriormente que o produto do processo de trabalho é um valor de uso. O produto de propriedade do capitalista também o é, mas aqui veremos que o valor de uso não é suficiente para explicar a produção da mercadoria em condições capitalistas de produção. Aqui temos que recuperar uma outra dimensão da mercadoria, e que é determinante: a de ser essencialmente valor de troca, de possuir valor.

Essa compreensão supõe a explicitação do duplo-caráter que o trabalho assume na sociedade capitalista. O trabalho concreto que se expressa na produção de valores de uso, e que se distingue qualitativamente, converte-se em trabalho abstrato, cujo critério quantitativo lhe atribui homogeneidade.

As mercadorias são objetos úteis, produtos de um trabalho de qualidade específica (trabalho útil, concreto), que satisfazem neces-

sidades sociais e, enquanto tais, são valores de uso. Contudo, as mercadorias são também grandezas ou magnitudes sociais, que têm em comum o fato de serem produtos do trabalho humano geral e indiferenciado, homogêneo (*trabalho abstrato*). Enquanto materialização de força humana de trabalho, são valores cujas grandezas sociais não se distinguem por sua qualidade, e sim pela quantidade de trabalho que têm incorporado.

“O valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção.”⁵ Essa substância comum possibilita a troca de objetos úteis de qualidades diversas, numa relação de *equivalência*. O valor das mercadorias, portanto, só se expressa na relação de troca.

Na expressão dos valores se distinguem dois pólos: a mercadoria cujo valor se expressa (*forma relativa*), e aquela em que se expressa este valor (*forma equivalente*). Na medida em que são trocadas, se expressam numa relação quantitativa de mercadorias, onde uma destas classes assume a função de equivalente, isto é, representante do valor das demais mercadorias que entram na relação de troca. Historicamente, este papel de equivalente geral, de forma de expressão do valor das mercadorias, aderiu-se ao ouro, que se converteu em mercadoria-dinheiro.

O que se pode ver, portanto, é que a quantidade de trabalho é que determina a grandeza do valor, e ela depende da produtividade do trabalho, ou seja, quanto maior a produtividade do trabalho, menor o tempo de trabalho socialmente necessário e, portanto, do valor do produto.

Historicamente, os produtos assumem a forma de mercadoria por serem produtos de trabalhos privados, que necessitam ser trocados. São, assim, valores de uso para os outros, enquanto que para o possuidor sua utilidade reside no fato de ser valor de troca. Por isso, as mercadorias têm um caráter social. Este se expressa, de um lado, por serem as mercadorias produtos de um trabalho útil destinado a satisfazer necessidades sociais, e expressa-se, por outro lado, no fato de que este trabalho só pode satisfazer a necessidade do seu produtor,

5. *Ibidem*, pp. 46 e 211.

“Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.”

à medida que possa ser trocado por um equivalente. Nestas duas dimensões integra a divisão social do trabalho.

Para que se viabilize a troca de produtos quantitativamente diferenciados, isto é, fruto de trabalhos qualitativamente diversos, tem-se que abstrair a desigualdade real desses trabalhos e encontrar, subjacente a eles, sua igualdade a todos os outros tipos de trabalho, enquanto desgaste de força humana de trabalho (trabalho em geral), portanto, o trabalho contido nas mercadorias.

Este duplo caráter social do trabalho é que permite aos diversos produtores equipararem seus produtos no ato da troca, como valores. O que fazem, pois, é equiparar seus diversos produtos como modalidade do mesmo trabalho. No entanto, o caráter social de seus trabalhos aparece como sendo relação entre produtos de seus trabalhos, entre coisas, independentes de seus produtores. Este fetiche da mercadoria simples reaparece sob novas determinações, na mercadoria produto do capital, dando origem à sua mistificação.

1.2. A conversão do dinheiro em capital

Os componentes do processo de trabalho assumem aqui uma outra feição. A matéria-prima terá como função absorver determinada quantidade de trabalho e o produto medirá apenas o trabalho que absorveu, de tal sorte que quantidade de produto representa, apenas, quantidade de trabalho.

Todavia, o que o capitalista deseja é produzir uma mercadoria cujo valor seja superior ao valor conjunto dos meios de produção necessários para produzi-las. Ele quer um valor excedente, a mais-valia, sem a qual o dinheiro não se transforma em capital.

A questão para o capitalista é, pois, uma só: como converter dinheiro em capital. Para que esta transformação ocorra, o capitalista adquire no “mercado” uma mercadoria muito especial – a força de trabalho –, que, além de conservar os valores dos meios de produção que ingressam no processo produtivo, ainda cria novos valores.

Como o valor de troca de uma mercadoria só se realiza pela alienação do seu valor de uso, o mesmo sucede com a força de trabalho. O capitalista compra a força de trabalho, pagando por ela de

acordo com determinada jornada; no entanto, ele a consome além do tempo necessário à sua reprodução enquanto mercadoria e efetiva a "mágica" da conversão do dinheiro em capital.

Marx expressa de maneira singular este processo, quando diz:

"... ao converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho, e ao incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma valor, trabalho pretérito, materializado em capital, em valor que se amplia, um monstro animado que começa a trabalhar, como se tivesse o diabo no corpo".⁶

Portanto, a conversão do dinheiro em capital se dá tanto na esfera da circulação, por ser nela que o capitalista adquire a força de trabalho, quanto na esfera da produção, quando se obtém pelo trabalho excedente ou o sobretrabalho a mais-valia, e como a mais-valia só se concretiza com a venda das mercadorias, ele retorna à esfera da circulação. É este o processo que precisamos compreender.

As mercadorias (meios de produção e de subsistência) expressam o valor capital, mas apenas sob certas condições. Para que a mercadoria se transforme em capital, é necessário que tanto os meios de produção quanto os de subsistência sejam apropriados privadamente por uma parte da sociedade – a classe capitalista – em contraposição aos trabalhadores, destituídos das condições materiais necessárias à materialização do seu trabalho.

Tal fato implica que o capitalismo encontre no mercado o trabalhador "livre", isto é, destituído dos meios de produção e das condições necessárias à materialização do seu trabalho, bem como dos meios de subsistência. Com isso, o capitalista (possuidor do dinheiro) defronta-se no mercado com o trabalhador (possuidor da força de trabalho) numa relação entre possuidores de mercadorias juridicamente iguais.

Estabelece-se, assim, uma relação contratual de compra e venda entre possuidores de mercadorias "equivalentes": a força de trabalho de um lado, e os meios de subsistência sob a forma de dinheiro, de outro.

6. *Idem, ibidem*, p. 220.

Desse modo, o trabalhador é obrigado a ceder a força de trabalho ao capitalista por um certo período de tempo, em troca dos meios de subsistência, que são expressos na forma de salário, mantendo-se, no entanto, a condição de proprietário de sua mercadoria, podendo vendê-la em outras ocasiões.

A existência no mercado de força de trabalho como mercadoria é, pois, condição histórica para o surgimento do capital e pressuposto para a conversão do dinheiro em capital.

Essa conversão do dinheiro em capital se desdobra, assim, em três processos que, embora relacionados, são independentes no tempo e no espaço.

No primeiro processo, temos na esfera da circulação a transformação do dinheiro nas mercadorias que constituem os fatores de produção, ou seja, temos a compra e venda no mercado dos meios de produção (instrumentos de produção, matérias-primas e auxiliares) e da força de trabalho.

O segundo processo ocorre, por sua vez, na esfera da produção, onde, através do consumo produtivo da força de trabalho, os meios de produção convertem-se em produtos que, além de conterem o capital adiantado, contêm, ainda, a mais-valia criada.

O terceiro processo, por seu turno, retorna à esfera da circulação, onde o valor do capital e da mais-valia se realizam mediante a transformação da mercadoria em dinheiro.

O processo capitalista de produção é um processo de trabalho enquanto um processo que, através do trabalho útil, cria novos valores de uso. Sendo, no entanto, um processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta-se como um processo de trabalho com características específicas. Em outras palavras, é processo de trabalho e, ao mesmo tempo, processo de valorização.

Mas, de onde advém tal especificidade?

Em primeiro lugar, do fato de as mercadorias adquiridas pelo capitalista, a serem consumidos no processo de produção, pertencem a ele. No que diz respeito ao trabalho – força de trabalho em ação – esta é uma função pessoal do trabalhador, enquanto realização de suas forças produtivas. No entanto, enquanto criadora de valores, pertence ao capitalista que a comprou para consumi-la, produtivamente, por um certo período de tempo. Desse modo, as con-

dições de trabalho e o próprio trabalho pertencem ao capitalista e, conseqüentemente, o produto do trabalho. Ao capitalista cabe, pois, zelar pelo emprego racional dos meios de produção, para evitar desperdícios, e para garantir a maior intensidade possível de exploração da força de trabalho.

Ao trabalhador, por sua vez, cabe trabalhar sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho e desenvolver gratuitamente a força produtiva social do trabalho para o capitalista. Isto porque a produção capitalista supõe a cooperação em larga escala e a concentração e centralização dos meios de produção, gerando forças produtivas do trabalho social que, nestas condições, termina por converter-se em força produtiva do capital.

Uma outra especificidade desse processo é a transformação que sofre a força de trabalho, ao sair da esfera da circulação. Lá, a força de trabalho é trocada pelos meios de subsistência do trabalhador, sob a forma de dinheiro. Aqui, esta parte do capital se transforma em capital variável, ao ser trocada pelo trabalho (substância criadora de valor).

O valor de troca da mercadoria força de trabalho, ou o seu custo de conservação, é definido antes mesmo que ele ingresse na circulação. Ele se expressa no seu preço, isto é, no salário. O seu valor de uso, no entanto, que é o próprio trabalho, só se expressa no seu consumo, que, por sua vez, supõe a existência dos meios de produção para sua realização.

O que deseja o capitalista, então, é o valor de uso desta mercadoria, que lhe possibilita criar um valor superior ao seu preço.

Vemos, pois, que a força de trabalho adquire magnitudes diferentes na esfera da circulação e da produção. É nesta última esfera, no entanto, que esta parte do valor adiantado na circulação, ao ser transformada em trabalho vivo, em ação, adquire uma magnitude variável e então se tem, não mais um valor, e sim a valorização enquanto processo. Aqui, o trabalho vivo não só conserva o valor dos meios de produção mas também reproduz o valor do capital variável, e gera um sobrevalor – a mais-valia.

O trabalho como criador de valor é considerado aqui como trabalho socialmente necessário, distinguível pela sua quantidade, e que adiciona valor, proporcionalmente à sua duração. Por conse-

guinte, interessa ao capitalista obter um tempo de trabalho superior ao necessário à reposição do salário, aumentando, assim, a duração e também a intensidade do trabalho. Isto se efetiva, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), seja pela potenciação do trabalho acima do grau médio (mais-valia relativa).

Sendo assim, o que cria o valor é o trabalho real que, dada uma certa intensidade, materializa-se no produto, em determinadas quantidades; e como a finalidade do sistema capitalista de produção não é a satisfação de necessidades sociais, mas a produção de mais-valia, o que se tem é a valorização do próprio capital.

Temos finalmente o terceiro processo, que se realiza também na esfera da circulação. Aqui, o valor do capital e da mais-valia se realiza mediante a transformação da mercadoria em dinheiro, possibilitando que o valor capital reinicie o seu ciclo.

1.3. As relações sociais e o processo de reprodução do capital

O processo apresentado, de transformação do dinheiro em capital, ganha sua significação quando elucida o fundamento da mistificação que considera o capital como coisa, isto é, que considera o substrato material do processo de trabalho, isolado das relações sociais e de propriedade que se estabelecem entre a classe capitalista e a classe trabalhadora na sua produção.

Por isso, é fundamental enfatizar as relações sociais através das quais este processo se realiza. Isso supõe considerar o capitalista e o trabalhador enquanto classes sociais que personificam relações econômicas, isto é, o capital e o trabalho, e o seu antagonismo. Importa, pois, enfatizar também a forma como este processo se reproduz.

Considerando que na produção capitalista o processo de trabalho é o meio do processo de valorização, a sua reprodução torna-se um meio de reproduzir o capital, isto é, produzir a mais-valia, que aparece como forma de rendimento produzido pelo próprio capital, mas que, como vimos, é produzido pelo trabalho.

O ponto de partida do processo capitalista de produção é, como já analisamos, a separação do trabalhador dos meios de produção

Ponto de partida

necessários à materialização do seu trabalho. Estes são, agora, monopolizados privadamente pela classe capitalista. Deste modo, o que era um pressuposto para a produção capitalista torna-se agora, também, resultado desse processo, necessário à sua continuidade.

O trabalhador entra nesse processo de produção como força de trabalho e fonte de riqueza para outros. Aí a sua energia vital é consumida no processo de trabalho, em troca dos meios de subsistência necessários à sua reprodução e de sua família. Desse modo, não lhe resta outra alternativa a não ser retornar continuamente ao mercado, para vender a sua força de trabalho, posto que os meios de subsistência são também monopólio da classe capitalista.

Conforme foi mencionado, a classe trabalhadora cede ao capitalista o valor de uso de sua força de trabalho que, além de reproduzir o valor de todo o capital adiantado, cria ainda novo valor, que se materializa em mercadorias, a propósito de propriedade do capitalista, e que são por ele vendidas no mercado. Por isso, o capital se produz e se reproduz como capital, através da exploração do trabalho. A mais-valia gerada nesse processo transforma-se em meios de consumo da classe capitalista e em capital adicional empregado em nova produção, isto é, em novo meio de exploração do trabalho assalariado.

Deste modo, a classe trabalhadora cria, como condição de sua sobrevivência, e em oposição consigo mesma, os próprios meios de sua dominação. Sendo assim, a continuidade do processo de produção capitalista é também um processo de produção e reprodução de classes sociais.

A maneira como esse processo se constitui e como estas relações produzem e reproduzem é o que pretendemos analisar agora.

Vejamos, inicialmente, o que dá origem a esse processo, na esfera da circulação. No mercado, como já analisamos, o trabalhador e o capitalista se defrontam como possuidores de mercadorias equivalentes, que se diferenciam apenas pela qualidade material das mesmas. No entanto, o suposto é de que se trava ali uma relação entre proprietários livres: o trabalhador (possuidor da força de trabalho) e o capitalista (possuidor dos meios de subsistência e de produção). O trabalhador troca sua mercadoria por um salário, recebendo assim uma parte do produto em que se expressa parcela do seu trabalho, ou

seja, o trabalho necessário à sua conservação e reprodução.

No entanto, embora à primeira vista o salário apareça como o preço do trabalho, ele é apenas o preço da força de trabalho, que se expressa no capital variável do capitalista. Como a força de trabalho em ação é um processo de valorização, o seu valor é diferente do seu rendimento, dependendo este da duração do trabalho. Sendo o trabalho o que possibilita a produção de mais-valia, o capitalista assenhora-se da força de trabalho fazendo-a consumir os seus meios de produção por um tempo superior ao que seria necessário para garantir sua subsistência, e para o qual não foi pago.

Sem trabalho excedente não haveria, pois, mais-valia e assim a produção estaria impossibilitada de realizar sua finalidade básica. É necessário, portanto, desmistificar esta relação.

Ao aparecer como preço do trabalho, a forma salário está encobrindo a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e excedente, ou seja, trabalho pago e não-pago. No entanto, tal desmistificação não se dá facilmente no dia-a-dia do capitalista e do trabalhador, como nos assegura Marx.

“(...) O capitalista não sabe que o preço normal do trabalho também envolve uma quantidade determinada de trabalho não-pago e que justamente esse trabalho não-pago é a fonte normal do seu lucro. Não existe para ele a categoria tempo de trabalho excedente, pois este está incluído na jornada normal que ele acredita pagar com o salário diário.”⁷

É preciso, entretanto, acrescentar mais um elemento na explicação da “desigualdade” que a forma salário esconde. Trata-se do fato de o trabalhador ser pago só após ter vendido a sua força de trabalho ao capital. Com isso, o trabalhador só recebe seu salário depois de sua força de trabalho ter sido consumida pelo capital.

Se se toma o processo de produção na sua continuidade, deparamo-nos com o seguinte fato: a classe trabalhadora é paga com o produto do próprio trabalho, e por isso é ela mesma quem produz o capital variável, que depois lhe é devolvido sob a forma de salário.

O desvendamento destas relações nos mostra, então, que, sob a aparência de uma relação entre possuidores de mercadorias, escondem-se

7. *Idem*, *ibidem*, p. 635.

de-se na verdade a forma através da qual o trabalhador é continuamente subjugado ao capital.

O que se vê nesta relação é que aquilo que o trabalhador recebe como salário é empregado na aquisição dos seus próprios meios de subsistência e de sua família, o que faz com que a classe trabalhadora se renove constantemente. Com isto, o trabalhador não apenas está se reproduzindo enquanto trabalhador assalariado como também aos futuros assalariados, e nesse sentido o consumo individual do trabalhador é, para ele mesmo, improdutivo, pois o que faz é apenas reproduzi-lo enquanto tal.

Estas mistificações são criadas no processo produtivo, assegurando sua continuidade e, portanto, as relações de dominação. No caso que acabamos de analisar, isto se expressa na aparência de formas jurídicas igualitárias e livres.

Se nos detivermos no aspecto formal de transação – vendedores de mercadorias –, deparamo-nos com uma transação de troca de coisas. Todavia, se nos ativermos à natureza dessas relações, deparamo-nos com uma distinção fundamental entre os vendedores de mercadorias. Veremos que o valor de uso específico da força de trabalho é fonte de riqueza e, portanto, capaz de produzir e reproduzir valor.

Há que se acrescentar, no entanto, que tanto o dinheiro quanto a mercadoria só adquirem o caráter de capital (já na circulação) pelo fato de estarem alienados do trabalhador. Neste processo, capital e trabalho assalariado se criam e se recriam mutuamente, constituindo-se em um processo de relações sociais entre classes.

A análise até aqui empreendida nos mostrou que a desigualdade efetiva expressa no salário, como forma típica do mundo dos equivalentes, é encoberta por relações contratuais juridicamente iguais. Tentaremos enfatizar, agora, a maneira como esta desigualdade se expressa e se esconde na esfera da produção propriamente dita.

Capítulo II

DIVISÃO DO TRABALHO: pilar da manutenção da ordem burguesa¹

Com o desenvolvimento do modo de produção tipicamente capitalista, o processo de trabalho é totalmente revolucionado. Tentaremos analisar, agora, como a cooperação, a divisão técnica do trabalho, a maquinaria, o desenvolvimento científico e tecnológico aplicados ao processo produtivo levam a um desenvolvimento extraordinário das forças produtivas sociais do trabalho e, com isto, à necessidade de o capital encontrar formas de controle da classe trabalhadora e, portanto, de sua reprodução.

Assim como o processo de trabalho para produzir valores de uso é comum a todos os tipos de sociedade, assim também o é a divisão do trabalho na sociedade (divisão do trabalho pelos diferentes ramos de atividade). Porém, a divisão manufatureira ou a divisão sistemática do trabalho (divisão que se dá no interior da produção, subdividindo sistematicamente o trabalho de cada especialidade) é característica da sociedade capitalista, assim como o é o processo de produzir mais-valia.

O processo de produzir mais-valia, ou seja, o processo capitalista de produção visa, como já salientamos, produzir um valor excedente, cuja obtenção é possível mediante o prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo considerado necessário, isto é, com um sobretrabalho.

1. Esta parte refere-se especialmente às seguintes obras: K. Marx e F. Engels, *Ideologia alemã*; K. Marx, *O capital*; H. Braverman, *Trabalho e capital monopolista*; A. Gorz (org.) *Crítica da divisão do trabalho* e A. Gramsci, *Americanismo e fordismo*.